

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.031 - SP (2019/0275487-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **CLEISON GUEDES DE ARAUJO**
RECORRENTE : **PATRICK FELIPE CORDEIRO MARTINS**
ADVOGADO : **JOSÉ EDUARDO MIRAGAIA RABELO - SP259164**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CLEISON GUEDES DE ARAUJO e PATRICK FELIPE CORDEIRO MARTINS, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento ao apelo defensivo e manteve integralmente a sentença que condenou os recorrentes pelo cometimento dos crimes dos arts. 157, § 2º, I e II, do Código Penal e 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 456/458).

A defesa aponta a violação dos arts. 13 do Código Penal e 387, § 2º, do Código de Processo Penal, alegando, em síntese, que os recorrentes não concorreram para o crime autônomo de porte ilegal de arma e que fazem jus à detração penal.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 471/479), o Tribunal *a quo* admitiu o recurso especial (e-STJ fls. 482/483), tendo o Ministério Público Federal opinado pelo desprovimento do recurso especial (e-STJ fls. 492/496).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

Anota-se, primeiramente, que a questão atinente à participação ou não dos recorrentes na prática delituosa não prescinde do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incidência do enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quanto ao mais, segundo o art. 387, § 2º, do CPP, *o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no*

estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

Ressai da transcrição supra que o preceito normativo não se refere acerca da progressão de regime prisional, instituto próprio da execução penal, mas, sim, acerca da possibilidade de se estabelecer regime inicial menos severo, descontando-se da pena aplicada o tempo de prisão cautelar do acusado, dentre as balizas previstas no § 2º do art. 33 do Código Penal. Precedentes: HC n. 413.013/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017; PET no RHC n. 83.141/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 7/11/2017, DJe 24/11/2017; AgRg no AgRg no REsp n. 1633235/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017; HC n. 325.174/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 30/9/2015.

Dessa forma, a previsão inserida no § 2º do art. 387 do CPP, não se refere à verificação dos requisitos para a progressão de regime, instituto que se restringe à execução penal, mas à possibilidade de o Juízo de primeiro grau, no momento oportuno da prolação da sentença, estabelecer regime inicial mais brando, em razão da detração. Precedentes: HC n. 290.691/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 29/3/2016; HC n. 343.147/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, DJe 7/3/2016; HC n. 325.174/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 30/9/2015.

Ocorre que mesmo não se confundindo a detração penal com a progressão de regime, é consolidado o entendimento desta Corte Superior de que se estiverem ausentes, nos autos, os elementos necessários à aplicação do disposto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, caberá ao Juízo das Execuções examinar se o tempo de prisão cautelar do envolvido autoriza a fixação de regime mais brando, como no presente caso. Precedentes: AgInt no HC n. 465.419/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

23/4/2019, DJe 6/5/2019; HC n. 443.498/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 12/6/2018, DJe 15/6/2018; HC n. 430.599/GO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 11/6/2018; HC n. 382.692/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 21/2/2017, DJe 24/2/2017.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ e na Súmula n. 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator